

# **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**Ruas Invest Participações S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

## **Ruas Invest Participações S.A.**

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Ruas Invest Participações S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ruas Invest Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ruas Invest Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalvas**

#### Reclassificação de dívida para o passivo circulante

Conforme mencionado na nota 12 às demonstrações financeiras, a sociedade controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. possui registrado em seu passivo não circulante empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem o atingimento de certos índices financeiros periódicos, sendo que o não atingimento desses índices faz com que os seus pagamentos possam ser exigidos imediatamente. A controlada possui pleito em andamento junto a seu credor, mas até a data de autorização dessas demonstrações financeiras não obteve a renúncia dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Dessa maneira, os saldos de empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante nas demonstrações financeiras consolidadas, no montante de R\$ 74.549 mil (R\$ 121.282 mil em 31 de dezembro de 2019), deveriam ter sido reclassificados para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente

## Créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 15 de agosto de 2019, a sociedade investida CAIO Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. obteve decisão favorável transitada em julgado acerca do crédito decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, consistente com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, de 15 de março de 2017. Dessa forma, é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos decorrente desse tema e, portanto, com base nas diretrizes do Pronunciamento Técnico “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, o respectivo crédito tributário e seus reflexos tributários deveriam ter sido contabilizados nas demonstrações financeiras da referida investida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A administração da sociedade investida suportada por seus consultores jurídicos, decidiu não efetuar o registro contábil desse ativo e seus reflexos tributários em suas demonstrações financeiras. Entretanto, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação as bases que suportam os valores estimados desse ganho tributário. Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos nos saldos de investimentos, na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como no resultado de equivalência patrimonial nos exercícios findos nessas datas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Alexandre Fermino Alvares  
Contador CRC-1SP211793/O-5

## Ruas Invest Participações S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>48.682</b>	28.561	<b>51.537</b>	38.251
Títulos e valores mobiliários	23	<b>12.794</b>	12.300	<b>19.557</b>	19.464
Contas a receber de clientes	5	<b>2.292</b>	2.292	<b>27.141</b>	40.902
Impostos a recuperar		<b>1.156</b>	832	<b>2.941</b>	1.477
Empréstimos - partes relacionadas	6	<b>9.396</b>	1.402	<b>7.993</b>	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	<b>2.620</b>	2.973	<b>2.620</b>	2.973
Outras contas a receber	9	<b>38.645</b>	24.499	<b>39.988</b>	26.742
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>115.585</b>	72.859	<b>151.777</b>	129.809
<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21		-	<b>34.881</b>	26.979
Empréstimos - partes relacionadas	6	<b>42</b>	2.507	<b>42</b>	2.507
Impostos a recuperar			-	<b>189</b>	103
Outras contas a receber	9	<b>75.685</b>	157.912	<b>75.686</b>	157.912
Investimentos	7	<b>413.449</b>	387.623	<b>403.057</b>	372.389
Imobilizado	10	<b>14.514</b>	19.989	<b>135.948</b>	139.234
Intangível	11	<b>177.366</b>	187.430	<b>206.513</b>	219.219
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>681.056</b>	755.461	<b>856.316</b>	918.343
<b>Total do ativo</b>		<b>796.641</b>	828.320	<b>1.008.093</b>	1.048.152

## Ruas Invest Participações S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)--*Continuação*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores			-	18.264	25.459
Empréstimos e financiamentos	12	71.356	18.185	156.272	62.120
Empréstimos - partes relacionadas	6	-	-	73	-
Impostos e contribuições a recolher		69	38	6.466	6.837
Obrigações sociais e trabalhistas		52	16	4.849	4.465
Dividendos e juros sobre o capital próprio		10.788	25.042	10.788	25.042
Provisões	14		-	8.009	6.689
Adiantamento de clientes			-	3.323	2.433
Receitas diferidas			-	517	490
Arrendamento a pagar			-	979	1.119
Outras contas a pagar	13	52.591	1.110	52.594	1.110
<b>Total do circulante</b>		<b>134.856</b>	<b>44.391</b>	<b>262.134</b>	<b>135.764</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	86.488	123.609	165.559	244.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	45.892	45.892	45.892	45.892
Empréstimos - partes relacionadas	6	19.993	-	21.851	1.744
Provisão para perdas em investimentos	7	5.405	14.287	5.500	14.287
Outras contas a pagar			-	14	-
Arrendamento a pagar			-	1.201	1.576
<b>Total do não circulante</b>		<b>157.778</b>	<b>183.788</b>	<b>240.017</b>	<b>308.390</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>292.634</b>	<b>228.179</b>	<b>502.151</b>	<b>444.154</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	15	371.000	371.000	371.000	371.000
Reserva de lucros		133.902	228.009	133.902	228.009
Ajuste de avaliação patrimonial		(895)	1.132	(895)	1.132
		<b>504.007</b>	<b>600.141</b>	<b>504.007</b>	<b>600.141</b>
Participação dos não controladores		-	-	1.936	3.857
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>504.007</b>	<b>600.141</b>	<b>505.943</b>	<b>603.998</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>796.641</b>	<b>828.320</b>	<b>1.008.094</b>	<b>1.048.152</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## Ruas Invest Participações S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16	-	1.869	<b>94.429</b>	187.840
Custos dos serviços prestados	17	-	-	<b>(82.100)</b>	(83.412)
Lucro bruto		-	1.869	<b>12.329</b>	104.428
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	<b>(12.826)</b>	(19.452)	<b>(29.532)</b>	(41.333)
Despesas com vendas			-	<b>(9.561)</b>	(18.685)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	<b>(16.635)</b>	(9.232)	<b>(16.965)</b>	(9.232)
Resultado de equivalência patrimonial	7	<b>181</b>	134.427	<b>12.996</b>	110.690
Resultado operacional		<b>(29.280)</b>	107.612	<b>(30.733)</b>	145.868
Receitas financeiras	20	<b>29.684</b>	32.172	<b>31.323</b>	33.838
Despesas financeiras	20	<b>(75.241)</b>	(34.342)	<b>(87.024)</b>	(51.167)
Resultado financeiro, líquido		<b>(45.557)</b>	(2.170)	<b>(55.701)</b>	(17.329)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(74.837)</b>	105.442	<b>(86.434)</b>	128.539
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21		-	-	(11.695)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21		-	<b>7.903</b>	(4.215)
Lucro líquido do exercício		<b>(74.837)</b>	105.442	<b>(78.531)</b>	112.629
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				<b>(74.837)</b>	105.442
Participação dos não controladores				<b>(3.694)</b>	7.187
				<b>(78.531)</b>	112.629
Resultado básico e diluído por ação	15	<b>(0,20)</b>	0,28		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício		<b>(74.837)</b>	105.442	<b>(78.531)</b>	112.629
Outros resultados abrangentes:					
Mudança no valor justo dos ativos financeiros	23	<b>494</b>	3.308	<b>494</b>	3.308
Participação no resultado abrangente da investida no exterior	7	<b>(2.522)</b>	(2.438)	<b>(2.522)</b>	(2.438)
Total do resultado abrangente		<b>(76.865)</b>	106.312	<b>(80.559)</b>	113.499
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				(80.559)	106.312
Participação dos não controladores				<u>(5.723)</u>	<u>7.187</u>
				<u><b>(86.282)</b></u>	<u>113.499</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Ruas Invest Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		371.000	9.767	48.623	262	89.084	518.736	(3.330)	515.406
Ajuste do exercício anterior		-	-	-	-	135	135	-	135
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	105.442	105.442	7.187	112.629
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23	-	-	-	3.308	-	3.308	-	3.308
Participação no resultado abrangente das investidas	7	-	-	-	(2.438)	-	(2.438)	-	(2.438)
Total dos resultados abrangentes do exercício		-	-	-	870	105.577	106.447	7.187	113.634
Destinação:								-	
Dividendo mínimo e obrigatório	15	-	-	-	-	(25.042)	(25.042)	-	(25.042)
Constituição de reserva		-	5.272	75.263	-	(80.535)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		371.000	15.039	123.886	1.132	89.084	600.141	3.857	603.998
Ajuste do exercício anterior						7.732	7.732	1.772	9.504
Prejuízo do exercício						(74.837)	(74.837)	(3.694)	(78.531)
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros					494	494	494		494
Participação no resultado abrangente das investidas					(2.522)	(2.522)	(2.522)		(2.522)
Total dos resultados abrangentes do exercício									
Destinação:									
Dividendos distribuídos da reserva de lucros				(27.000)			(27.000)		(27.000)
Absorção de Prejuízos pela reserva				21.979		(21.979)			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<b>371.000</b>	<b>15.039</b>	<b>118.865</b>	<b>(896)</b>	<b>-</b>	<b>504.007</b>	<b>1.936</b>	<b>505.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Ruas Invest Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(74.837)</b>	105.442	<b>(86.434)</b>	128.538
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Ajustes exercício anterior	<b>1.755</b>		<b>1.754</b>	
Equivalência patrimonial	<b>(180)</b>	(134.427)	<b>(12.996)</b>	(110.690)
Depreciação/amortização	<b>15.540</b>	16.108	<b>27.608</b>	27.814
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	<b>44.826</b>	17.538	<b>55.961</b>	32.862
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas e outros	<b>(251)</b>	(14.845)	<b>(251)</b>	(13.011)
Juros e impostos sobre operações			<b>24</b>	
Provisão para devedores duvidosos		-	<b>179</b>	(273)
Receita diferida		-	<b>27</b>	490
Resultado da baixa e venda do ativo imobilizado e intangível		-	<b>3.545</b>	4.039
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		-	<b>(636)</b>	-
Ganho de compra vantajosa	<b>26.724</b>		<b>26.724</b>	
Ajuste a valor presente arrendamentos			<b>100</b>	
Provisões diversas			<b>144</b>	(8.816)
Variações nas contas patrimoniais				
Contas a receber		77	<b>13.524</b>	(6.901)
Impostos a recuperar	<b>(325)</b>	1.467	<b>(763)</b>	2.364
Outros ativos	<b>68.080</b>	(17.828)	<b>68.979</b>	(19.614)
Títulos e valores mobiliários		(2.425)	<b>400</b>	(3.082)
Fornecedores e contas a pagar		-	<b>(7.124)</b>	15.606
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>36</b>	(6)	<b>383</b>	(901)
Impostos e contribuições a recolher	<b>31</b>	(319)	<b>(370)</b>	(181)
Provisão para contingências		(4.038)		(4.038)
Adiantamento de clientes		-	<b>890</b>	(4.575)
Outras contas a pagar	<b>51.834</b>	1.946	<b>53.108</b>	61
Caixa gerado pelas (aplicado) nas operações	<b>133.232</b>	(31.310)	<b>144.776</b>	39.692
Imposto de renda e contribuição social		-	<b>(784)</b>	(9.059)
Juros pagos	<b>(8.360)</b>	(8.296)	<b>(12.917)</b>	(23.292)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<b>124.872</b>	(39.606)	<b>131.075</b>	7.341
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado		-	<b>(14.222)</b>	(5.774)
Aquisição de ativo intangível		-	<b>(998)</b>	(518)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-		(2.465)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	<b>14.716</b>	12.578	<b>14.716</b>	13.380
Aquisição de participações societárias	<b>(81.446)</b>	(1.460)	<b>(81.446)</b>	(1.460)
Aumento de capital nas investidas	<b>(11.012)</b>	(4.094)	<b>(11.027)</b>	(3.667)
Dividendos recebidos das investidas	<b>34.661</b>	77.565	<b>34.661</b>	77.565
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<b>(43.081)</b>	84.589	<b>(58.316)</b>	77.061
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>23.004</b>	44.304	<b>38.440</b>	44.304
Pagamento de empréstimos e financiamentos	<b>(43.420)</b>	(57.500)	<b>(65.934)</b>	(97.951)
Amortização de arrendamentos		-	<b>(596)</b>	(911)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	<b>(41.254)</b>	(11.970)	<b>(41.254)</b>	(11.970)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	<b>9.861</b>	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<b>(61.670)</b>	(25.166)	<b>(59.484)</b>	(66.528)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<b>20.121</b>	19.817	<b>13.275</b>	17.876
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<b>28.561</b>	8.744	<b>38.262</b>	20.375
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<b>48.682</b>	28.561	<b>51.537</b>	38.251
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>20.121</b>	19.817	<b>13.275</b>	17.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A RUASINVEST Participações S.A. (adiante designada apenas por “Companhia” ou “RuasInvest”) é uma sociedade gestora de participações sociais cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, além da atuação na representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, através de suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) atua em todas as regiões do Brasil, além de algumas regiões das Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia e África.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía participação nas seguintes controladas diretas:

<b>Controladas</b>	<b>Participação em 2020</b>	<b>Participação em 2019</b>
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	<b>76,35%</b>	76,35%
OTIMA Brasil S.A.	<b>100%</b>	100%
QUELUZ Participações S.A.	<b>99,999%</b>	-

Conforme divulgado na Nota 7, a Companhia ainda participa e é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 15% a 66,67% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócio-quotistas, independente do percentual de participação.

#### 1.2 - Coronavirus – COVID-19

Em março de 2020 uma pandemia de COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O impacto global da doença já pode ser observado tanto na economia dos países afetados pela pandemia, quanto na saúde e no dia-a-dia da população em geral. Várias medidas foram tomadas por governantes em busca de amenizar os possíveis danos causados pela situação extrema.

A Companhia e suas controladas vem adotando medidas de prevenção e contenção à Covid-19, seguindo as recomendações de autoridades de saúde. Ao final de fevereiro de 2020 intensificamos nossos procedimentos de precaução, orientação, divulgação de informações, e iniciamos processo de implementação de medidas conservadoras com o objetivo de evitar, dentro do possível, a disseminação da doença junto a colaboradores e familiares.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

#### **1.1 - Coronavirus – COVID-19--Continuação**

Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### **1.2. Renegociação dos Empréstimos - Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.**

A Controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. possui pleito em andamento junto a instituição financeira credora Caixa Econômica Federal (“CEF”) iniciado em setembro de 2019, onde se acumulam os pedidos para obtenção do waiver pelo incumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD e conta reserva.

Em 27 de outubro de 2020, em função do cenário de recessão econômica provocado pela epidemia do novo Coronavírus, a Companhia revisou as projeções de geração de caixa operacional, reformulando o pleito junto à instituição credora, com vistas à reestruturação do financiamento, conforme abaixo:

- 1) Alongamento do prazo total da operação em mais 2 anos;
- 2) Alteração na periodicidade dos pagamentos, passando de semestral para mensal, a partir de julho de 2021;
- 3) Amortização customizada para atendimento de covenant de conta reserva mensal e ICSD anual;
- 4) Recomposição gradual da conta reserva no montante de 1/6 do valor devido, a partir de janeiro de 2021 até junho de 2021 e manutenção nesta conta de saldo correspondente aos vencimentos dos seis meses subsequentes;
- 5) Amortização excepcional correspondente a 70% do caixa livre nas datas bases (sem impacto no ICSD);
- 6) Amortização do valor residual entre fevereiro e outubro/2024;
- 7) Formalização do “waiver” da conta reserva e ICSD relativo ao 2º semestre de 2020 e 31 de dezembro de 2020; e

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.2. Renegociação dos Empréstimos - Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.--Continuação**

8) Não execução das garantias dadas no âmbito do FINISA, pela OTIMA e por seus acionistas.

Até a data de autorização dessas demonstrações financeiras, em razão da complexidade envolvida e cenário econômico adverso causado pela pandemia do Novo Coronavírus, o pleito permanece em análise pela instituição credora, conforme explanado na Nota Explicativa 24.

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

#### **2.1. Base de apresentação**

##### 2.1.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

##### 2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2021.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

#### **2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### **2.2.2. Moeda estrangeira**

##### **2.2.2.1. *Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.



## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.2. Base de mensuração--Continuação**

#### 2.2.2. Moeda estrangeira--Continuação

##### 2.2.2.2. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

#### 2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 2.14.

### **2.3. Base de consolidação**

#### 2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.3. Base de consolidação--Continuação**

#### **2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação**

##### **2.3.1.1. *Participação dos acionistas não controladores***

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

##### **2.3.1.2. *Controladas***

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.3. Base de consolidação--Continuação**

#### **2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação**

##### **2.3.1.2. *Controladas--Continuação***

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

##### **2.3.1.3. *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

##### **2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto***

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.3. Base de consolidação--Continuação

#### 2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

##### 2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto*--Continuação

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um negócio que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

##### 2.3.1.5. *Coligadas*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Base de consolidação--Continuação**

##### **2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação**

###### **2.3.1.5. *Coligadas--Continuação***

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.4. Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### **2.4.1. Ativos financeiros não derivativos**

###### ***Reconhecimento inicial e mensuração***

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação**

###### *Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação**

##### *Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e outras contas a receber.

##### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado Desreconhecimento.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### 2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

*Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).



## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação**

###### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação**

###### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação*

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

##### **2.4.2. Passivos financeiros não derivativos**

###### *Reconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação**

###### *Reconhecimento e mensuração--Continuação*

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

###### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

###### *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)*

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação**

###### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

###### *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### **2.5. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.5. Imobilizado--Continuação

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Aeronave	10
Veículos	5
Abrigos	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Intangível

##### Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

##### Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

##### Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Intangível--Continuação**

##### Softwares--Continuação

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

##### Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Intangível--Continuação**

#### Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga da concessão”, no ativo intangível.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo método linear, pelo prazo de 25 anos, que corresponde ao prazo do contrato de Concessão e o que representa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos para registro das patentes do mobiliário urbano também estão registrados como ativo intangível e serão amortizados de forma linear durante o prazo de concessão.

#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.



## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.7. Arrendamentos**

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### Empresa como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor o Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.7. Arrendamentos--Continuação**

#### Empresa como arrendatária--Continuação

##### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os efeitos da adoção ao CPC 06 (R2) não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

##### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

### 2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### 2.10. Capital social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.10. Capital social--Continuação**

##### Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

#### **2.11. Reconhecimento de receita**

A principal receita do Grupo (consolidado) é proveniente da exploração de espaços publicitários existentes nos abrigos de ônibus instalados, através de suas controladas. A receita é registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada. Em média, o período de veiculação das campanhas é de uma semana. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A contrapartida da receita em todo caso é registrada no ativo circulante. Em alguns casos a Companhia efetua também a modalidade de receita via permuta, eliminando o saldo a receber em troca de serviços prestados registrados, os quais são reconhecimentos como despesa quando incorridos.

Em determinadas vendas as agências publicitárias atuam como “agente” negociando a transação entre anunciante e a Companhia, para esses casos, a comissão devida a essas agências é registrada como custo das vendas.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comissão no agenciamento de comercialização de veículos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### **2.12. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia (controladora) não constituiu o imposto de renda e contribuição sociais diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, devido não preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

### **2.14. Estimativas e premissas críticas.**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, bem como na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos, vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para manutenção corretiva (Nota 15), detalhadas a seguir. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - O julgamento envolve a avaliação de perda esperada para cada cliente, considerando o andamento das negociações para títulos vencidos, assim, a provisão calculada é ajustada para refletir as perdas prováveis avaliadas pela Administração (Nota 5).

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.14 Estimativas e premissas críticas--Continuação**

- Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos - Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos (Nota 21).
- Vida útil para ativo imobilizado e intangível - A determinação da vida útil dos ativos fixos resulta nas taxas de encargos de depreciação e amortização reconhecidas no resultado do exercício, nesse caso, a Companhia com auxílio de especialistas avalia individualmente as características desses ativos, sendo que o julgamento envolvido nessa avaliação pode ser alterado em função do estado físico aparente, alteração de tecnologia ou mudança do plano de negócios. O direito de outorga é amortizado no período do contrato de concessão, bem como marcas e patentes; e
- Provisão para manutenção corretiva - Para suportar seu reconhecimento e manutenção dos saldos de provisão para manutenção corretiva, a Administração realiza inspeção física de seu acervo em periodicidade anual e avalia o estado de deterioração dos equipamentos. A provisão é calculada e ajustada para refletir a necessidade de troca desses equipamentos, essencialmente vidros (Nota 11).

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Empresa concluiu que essas normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras Empresa:

#### **3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020**

##### Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

##### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

##### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

#### **3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020**

##### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisou alguns novos conceitos, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

##### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para as Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Durante o exercício de 2020 a Companhia aplicou o Expediente Prático do CPC 06 relacionado aos descontos obtidos no contrato de arrendamento da sede da Companhia, que sofreu redução nos pagamentos originalmente devidos em função da pandemia da Covid-19. Nenhuma outra alteração substantiva foi realizada nos termos do contrato.

#### **3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2020**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

##### IFRS 17 - Contratos de seguro:

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo



## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

#### 3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2020—Continuação

##### IFRS 17 - Contratos de seguro:--Continuação

de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

##### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	16	15	16	18
Bancos conta movimento	149	148	2.834	2.968
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	48.517	28.398	48.687	35.265
	<b>48.682</b>	<b>28.561</b>	<b>51.537</b>	<b>38.251</b>

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata e insignificante risco de mudança no valor, são compostas por:

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Banco Safra	10/12/2021	100% CDI	72	337	72	337
Banco Luso Brasileiro	01/11/2021	104% CDI		21.950	-	21.950
Banco Luso Brasileiro	07/12/2021	108% CDI	25.864		25.864	
Banco Luso Brasileiro	08/03/2021	108% CDI	72	70	72	70
Banco Luso Brasileiro	06/10/2021	108% CDI	7.647		7.647	
Banco Luso Brasileiro	28/11/2021	108% CDI	8.816		8.816	
Banco Luso Brasileiro	01/12/2023	8,25%ANO/252	6.040	6.038	6.040	6.038
Banco Itaú	27/03/2021	97,5% CDI	4	4	4	4
Banco Santander	-	-	4		4	
Caixa Econômica Federal	30/06/2021	98% a 95% CDI	72			6.867
Outros Bancos	-	-			169	-
			<b>48.517</b>	<b>28.398</b>	<b>48.687</b>	<b>35.265</b>

### 5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes no consolidado são substancialmente representadas, integralmente, por recebíveis decorrentes de comercialização de espaços publicitários por suas sociedades controladas, e na controladora está basicamente representado por serviços de intermediação de negócios realizadas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	2.292	2.292	27.814	41.523
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(673)	(621)
	<b>2.292</b>	<b>2.292</b>	<b>27.141</b>	<b>40.902</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber de clientes--Continuação

#### Aging das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A Vencer	<b>2.292</b>	2.292	<b>25.452</b>	32.869
Vencidos até 30 dias	-	-	<b>1.551</b>	4.559
Vencidos há mais de 30 dias	-	-	-	44
Vencidos há mais de 60 dias	-	-	<b>35</b>	142
Vencidos há mais de 90 dias	-	-	<b>610</b>	3.406
Vencidos há mais de 120 dias	-	-	<b>165</b>	503
Vencidos há mais de 180 dias	-	-	-	-
	<b>2.292</b>	2.292	<b>27.813</b>	41.523

#### Movimentação da PCLD

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	-	-	<b>(621)</b>	(894)
Adições - PCLD	-	-	<b>(144)</b>	-
Recebimentos	-	-	<b>92</b>	273
Saldo em 31 de dezembro	-	-	<b>(673)</b>	(621)

O critério para registro da provisão para devedores duvidosos é através da análise de inadimplência e risco de crédito de forma individual por cliente onde considera os seguintes termos: histórico de perda e andamento das negociações para títulos vencidos. Para os títulos vencidos há mais de 90 dias que não foram provisionados, em sua maioria, foram firmados acordos para recebimento.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Empréstimos - partes relacionadas

Parte Relacionada - A receber	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2020	2019	2020	2019
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	2,45 % a.a. + Libor referenciada 3 meses + VC	Sem vencimento	-	2.465	-	2.465
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A	Mútuo	125% CDI + CETIP	10/01/2019	<b>1.402</b>	1.402	-	-
Viseu Investimentos Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	<b>42</b>	42	<b>42</b>	42
Himalaia Transportes	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	<b>7.993</b>	-	<b>7.993</b>	-
				<b>9.437</b>	3.909	<b>8.035</b>	2.507
			Circulante	<b>9.396</b>	1.402	<b>7.993</b>	-
			Não circulante	<b>42</b>	2.507	<b>42</b>	2.507
Parte Relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2020	2019	2020	2019
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	<b>19.993</b>	-	<b>19.993</b>	-
Rede Bandeirantes de Minas Gerais Ltda.	Mútuo	125% CDI + CETIP	Sem vencimento	-	-	<b>1.393</b>	-
Kalitera Engenharia Ltda.	Mútuo	Sem encargos	31/12/2020	-	-	<b>465</b>	-
				<b>19.993</b>	-	<b>21.851</b>	-
			Circulante	-	-	-	-
			Não circulante	<b>19.993</b>	-	<b>21.851</b>	-

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos

#### 7.1. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	<b>420.578</b>	394.752	<b>410.186</b>	379.518
Mais-valia de ativos a valor justo	<b>(7.129)</b>	(7.129)	<b>(7.129)</b>	(7.129)
	<b>413.449</b>	387.623	<b>403.057</b>	372.389

#### 7.2. Passivo a descoberto em investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo a descoberto em investimentos	<b>(5.405)</b>	14.287	<b>(5.500)</b>	14.287
	<b>(5.405)</b>	14.287	<b>(5.500)</b>	14.287

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--Continuação

#### 7.3. Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Mais-valia de ativos a valor justo		Saldo final líquido dos investimentos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	<b>232.728</b>	243.390	<b>(7.129)</b>	(7.129)	<b>225.599</b>	236.261
RC Participações S.A. (*)	<b>66.272</b>	61.108	-	-	<b>66.272</b>	61.108
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	<b>26.300</b>	32.592	-	-	<b>26.300</b>	32.592
Ótima Brasil S/A.	<b>4.258</b>	2.784	-	-	<b>4.258</b>	2.784
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	<b>7.518</b>	6.892	-	-	<b>7.518</b>	6.892
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	<b>9.009</b>	10.637	-	-	<b>9.009</b>	10.637
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.		-	-	-		-
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	<b>236</b>	248	-	-	<b>236</b>	248
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	<b>16.014</b>	15.838	-	-	<b>16.014</b>	15.838
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	<b>544</b>	994	-	-	<b>544</b>	994
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	<b>6.245</b>	12.450	-	-	<b>6.245</b>	12.450
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	<b>9.424</b>	7.819	-	-	<b>9.424</b>	7.819
Queluz Participações Ltda	<b>42.029</b>	-	-	-	<b>42.029</b>	-
	<b>420.578</b>	394.752	<b>(7.129)</b>	(7.129)	<b>413.449</b>	387.623

(\*) Empresa detentora de 43,08% das ações do Banco Luso Brasileiro S.A.

#### 7.4. Composição do passivo a descoberto em investimentos

	2020	2019
TVO Publicidade S.A.	<b>5.365</b>	5.365
OM Linha 6 Participações S.A.	<b>38</b>	8.922
	<b>5.405</b>	14.287

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--Continuação

#### 7.5. Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresas	Quotas/ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Controlada</b>												
Ótima Brasil S.A.	8.701.182	6.376.777	100,00%	100,00%	5.332	8.088	1.074	5.304	4.258	2.784	(851)	541
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A.	35.677.515	29.952.633	76,35%	76,35%	217.912	228.379	209.732	212.073	8.179	16.306	(15.625)	30.381
Queluz Participações Ltda	45.999.999	-	99,99%	99,99%	68.867	-	114	-	68.753	-	12.661	-
<b>Controlada em conjunto</b>												
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	147.000.000	147.000.000	49,00%	49,00%	910.970	909.756	450.563	427.591	460.406	482.166	32.489	101.237
<b>Coligadas</b>												
RC Participações S.A.	55.338.946	54.353.563	66,67%	66,67%	102.865	96.013	91.945	4.355	99.366	91.657	10.919	81.522
OM Linha 6 Participações S.A.	13.588.616	13.588.616	21,61%	21,70%	212	384	393	30.122	(181)	(29.738)	(1.408)	(2.348)
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	2.450.000	49,00%	49,00%	21.633	20.967	6.290	6.902	15.343	14.066	1.277	3.149
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	1.715.000	49,00%	49,00%	33.011	26.908	14.626	5.201	18.386	21.707	(3.322)	17.195
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	98.000	49,00%	49,00%	1.248	1.296	766	789	483	507	(24)	16
CPA Centro de processamento de Alumínio Ltda.	5.145.000	5.145.000	49,00%	49,00%	28.874	22.689	9.641	6.732	19.234	15.957	3.277	5.057
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	-	2.772	-	28.580	-	(25.808)	-	(271)
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA.	22.441.071	22.441.071	15,00%	15,00%	1.694.096	1.780.992	1.421.524	1.563.707	175.336	217.285	9.165	197.282
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	14.598.000	-	20,00%	20,00%	2.998	209.823	277	204.855	2.721	4.968	(34)	2.332
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	14.827.400	14.827.400	16,66%	16,66%	926.887	771.654	827.229	676.589	99.658	95.065	10.795	60.133

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--Continuação

#### 7.6. Movimentação dos investimentos

Empresa	Participação	2019	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Ganho Compra Vantajosa	Aumento de capital	Aquisição / Baixa	Distribuição de lucros	Mutações	2020
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	236.261	15.919	(2.081)				(24.500)		225.599
RC Participações S.A.	66,67%	61.107	7.280	(441)		103		(1.729)	(49)	66.272
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	(8.921)	(304)			2.892			6.295	(39)
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	6.893	626							7.518
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	10.636	(1.627)							9.009
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	248	(12)							236
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	7.820	1.606							9.424
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.365)								(5.366)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	12.448	(11.930)			5.725				6.245
ViaQuatro	15,00%	32.592	1.375					(7.398)	(269)	26.300
Ótima Brasil	100,00%	2.786	(850)			2.325				4.258
Via Mobilidade	16,66%	15.838	1.210					(1.033)		16.014
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	994	(449)							544
Queluz Participações Ltda.(i)	99,99%	-	(12.661)		(26.724)	(33)	81.446			42.029
		<b>373.336</b>	<b>180</b>	<b>(2.522)</b>	<b>(26.724)</b>	<b>11.012</b>	<b>81.446</b>	<b>(34.661)</b>	<b>5.977</b>	<b>408.043</b>
<b>Classificado como investimentos</b>		387.622								413.449
<b>Classificado como passivo a descoberto em investimentos</b>		(14.287)								(5.405)
		<b>373.335</b>								<b>408.044</b>

- (i) Em janeiro de 2020 a empresa adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.



## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--Continuação

#### 7.6. Movimentação dos investimentos--Continuação

Empresa	Participação	2018	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	Baixa	Distribuição de lucros	Mutações	2019
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	217.310	49.606	(871)	-	-	(29.784)	-	236.261
RC Participações S.A.	66,67%	59.273	5.144	(1.141)	147	-	(2.267)	(49)	61.107
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	(6.784)	(704)	-	159	-	-	(1.592)	(8.921)
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	6.618	6.645	-	-	-	(6.370)	-	6.893
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	7.111	8.425	-	-	-	(4.900)	-	10.636
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	49,00%	1.451	-	-	-	(1.451)	-	-	-
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	240	8	-	-	-	-	-	248
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	49,00%	18	-	-	-	(18)	-	-	-
CIIP - Caio Induscar Industrial Participações Ltda.	49,00%	(8)	-	-	25	(17)	-	-	-
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	3.959	2.478	-	-	1.452	-	(69)	7.820
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.237)	(56)	-	-	-	-	(72)	(5.365)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	(10.748)	23.196	-	-	-	-	-	12.448
ViaQuatro	15,00%	29.948	29.592	(426)	-	-	(26.522)	-	32.592
Ótima Brasil	100,00%	1.818	541	-	427	-	-	-	2.786
Via Mobilidade	16,66%	10.206	10.018	-	3.336	-	(7.722)	-	15.838
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	-	(466)	-	1.460	-	-	-	994
		<u>315.175</u>	<u>134.427</u>	<u>(2.438)</u>	<u>5.554</u>	<u>(35)</u>	<u>(77.565)</u>	<u>(1.782)</u>	<u>373.336</u>
<b>Classificado como investimentos</b>		337.952							387.623
<b>Classificado como passivo a descoberto em investimentos</b>		<u>(22.777)</u>							<u>(14.287)</u>
		<u>315.175</u>							<u>373.336</u>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
ViaQuatro	344	-
Petrobras	-	104
Vale S.A.	-	55
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	539
RC Participações	1.729	2.267
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	8	8
	<b>2.620</b>	<b>2.973</b>

### 9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Execução de garantia Move São Paulo (i)(ii)	113.529	156.799	113.529	156.799
Adiantamentos	219	23.942	219	23.942
Caruana	414	414	414	414
OM Linha 6 Participações	-	1.113	-	1.113
Outros	169	144	1.512	144
	<b>114.331</b>	<b>182.412</b>	<b>115.674</b>	<b>182.411</b>
Circulante	38.645	24.499	39.988	24.499
Não circulante	75.686	157.912	75.686	157.912

(i) Contratação de empréstimo ponte com o BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em reais, com encargos correspondentes a TJLP + 3,00% a.a. até 30/06/2017 e de TJLP + 3,20% a.a. a partir de 01/07/2017, com vencimento de juros a cada três meses e vencimento da amortização em única parcela prevista e renegociada para março de 2018. Esta operação de crédito foi liquidada com o BNDES em março/2018 a partir da execução de garantias, sendo então assumido dívidas diretamente com os credores executados em fiança, incluindo Bancos Credores e Partes Relacionadas, com os encargos correspondentes a SELIC + 2,95% a.a. para os Bancos Credores, vencíveis juntamente com o principal da dívida, e sendo definido um acordo de compromisso de não execução judicial ou extrajudicial ("Stand Still").

(ii) Em outubro de 2020 foi firmado um acordo de venda de direito à Concessão da Move SP. A empresa ACCIONA que adquiriu esse direito, assumindo o compromisso de pagamento da dívida junto aos garantidores da fiança de 2017, quitando a primeira parcela no valor de R\$ 37.5 milhões. O saldo remanescente será recebido no decorrer dos próximos quatro anos.

### 10. Imobilizado

	Vida útil (anos)	Controladora		
		2020		2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Aeronave	10	60.742	(46.230)	14.513
Veículos	5	134	(134)	-
Outros	10	2	(1)	1
		<b>60.878</b>	<b>(46.365)</b>	<b>14.514</b>
				<b>19.989</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado--Continuação

	Vida útil (anos)	Consolidado			
		2020		2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Aeronave	10	60.742	(46.230)	14.513	19.973
Veículos	5	134	(134)	-	15
Abrigos	12 a 25	134.425	(40.509)	93.916	99.408
Outros	10 a 20	39.735	(12.216)	27.520	19.838
		<b>235.037</b>	<b>(99.088)</b>	<b>135.948</b>	139.234

Em abril de 2013, a Companhia adquiriu uma nova aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger, no valor de R\$ 60.169, que está alienada ao Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo: viabilizar viagens a novos empreendimentos pelos diretores da RuasInvest; viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Induscar, CAIO México, CAIO Chile); e, boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo RuasInvest.

As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$30 milhões), danos pessoais (US\$25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$150 milhões).

A movimentação do custo do imobilizado está demonstrada abaixo:

	Controladora			Total
	Aeronave	Veículos	Outros	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019, líquido</b>	25.990	42	1	26.033
Depreciação	(6.017)	(27)	-	(6.044)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>19.973</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>19.989</b>
Custo	60.169	134	2	60.306
Depreciação acumulada	(40.197)	(118)	(1)	(40.316)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019, líquido</b>	<b>19.973</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>19.989</b>
Adição	573	-	-	573
Depreciação	(6.033)	(15)	-	(6.048)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>14.513</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>14.514</b>
Custo	60.742	134	2	60.878
Depreciação acumulada	(46.230)	(134)	(1)	(46.365)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020, líquido</b>	<b>14.513</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>14.514</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado				Total
	Aeronave	Veículos	Abrigos	Outros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018, líquido</b>	25.990	42	105.383	20.258	151.673
Adição				5.774	5.774
Baixa	-	-	(1.978)	(2.061)	(4.039)
Transferências	-	-	1.897	(1.897)	-
Depreciação	(6.017)	(27)	(5.894)	(2.236)	(14.174)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>19.973</b>	<b>15</b>	<b>99.408</b>	<b>19.838</b>	<b>139.234</b>
Custo	60.169	134	133.259	29.905	223.467
Depreciação acumulada	(40.197)	(118)	(33.851)	(10.067)	(84.233)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019, líquido</b>	<b>19.973</b>	<b>15</b>	<b>99.408</b>	<b>19.838</b>	<b>139.234</b>
Adição	573			14.252	14.825
Baixa			(430)	(3.115)	(3.545)
Transferências			1.217	(1.217)	-
Depreciação	(6.033)	-	(6.279)	(2.236)	(14.548)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>14.513</b>	<b>15</b>	<b>93.916</b>	<b>27.522</b>	<b>135.965</b>
Custo	60.742	134	134.425	39.735	235.037
Depreciação acumulada	(46.230)	(134)	(40.509)	(12.216)	(99.088)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020, líquido</b>	<b>14.513</b>	<b>-</b>	<b>93.916</b>	<b>27.520</b>	<b>135.948</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

	Controladora	
	Direito de Concessão	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	197.494	197.494
Amortização	(10.064)	(10.064)
<b>Saldo contábil</b>	<b>187.430</b>	<b>187.430</b>
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(20.128)	(20.128)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>187.430</b>	<b>187.430</b>
Amortização	(10.064)	(10.064)
<b>Saldo contábil</b>	<b>177.366</b>	<b>177.366</b>
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(30.192)	(30.192)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>177.366</b>	<b>177.366</b>

A OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. mantém um contrato de 25 anos de concessão com a Prefeitura de São Paulo para reformar e trocar pontos de ônibus e abrigos e a OTIMA Brasil S.A. tem contrato com o poder público municipal do Rio de Janeiro por 15 anos para manter os pontos de ônibus da região do Porto Maravilha.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível--Continuação

	Marcas e patentes	Software	Direito de outorga	Implantação SAP B1	Sistema de métricas OOH	APP	Direito de uso	Direito de concessão	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	123	1.767	26.600	116	2.133	501	-	197.494	228.734
Adoção inicial (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	3.607	-	3.607
Aquisições	7	1	-	8	163	339	-	-	518
Amortização (a)	(6)	(362)	(1.400)	-	(683)	(123)	(1.002)	(10.064)	(13.640)
<b>Saldo contábil</b>	124	1.406	25.200	124	1.613	717	2.605	187.430	219.219
Saldo de custo	160	2.686	35.000	124	2.746	965	3.607	207.558	252.846
Amortização acumulada	(36)	(1.279)	(9.800)	-	(1.134)	(247)	(1.002)	(20.128)	(33.626)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	124	1.407	25.200	124	1.612	718	2.605	187.430	219.219
Adoção inicial (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	7	82	-	-	11	138	752	-	990
Amortização (a)	(6)	(339)	(1.400)	-	(687)	(133)	(1.074)	(10.064)	(13.703)
<b>Saldo contábil</b>	125	1.150	23.800	124	936	724	2.283	177.366	206.507
Saldo de custo	167	2.768	35.000	124	2.757	1.102	4.359	207.558	253.835
Amortização acumulada	(42)	(1.618)	(11.200)	-	(1.821)	(380)	(2.076)	(30.192)	(47.329)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	125	1.150	23.800	124	936	723	2.283	177.366	206.506

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos

#### a) Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2020	2019	2020	2019
Nota promissória comercial	Aval	Banco Alfa	CDI + 3,15% a.a.	Nov/21		19.416		19.416
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,0% a.a.	Dez/21	<b>23.459</b>		<b>23.459</b>	-
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,9178% a.a.	Nov/23	<b>70.426</b>	72.763	<b>70.426</b>	72.763
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,59% a.a.	Jan/24	<b>63.960</b>	49.615	<b>63.960</b>	49.615
Financiamento - FINISA	Depósitos bancários e cessão de direitos creditórios	Caixa Econômica	CDI + 2,5% a.a.	Dez/22		-	<b>163.986</b>	165.217
					<b>157.845</b>	141.794	<b>321.831</b>	307.011
				Circulante	<b>71.356</b>	18.185	<b>156.272</b>	62.120
				Não circulante	<b>86.488</b>	123.609	<b>165.559</b>	244.891

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### b) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	157.845	141.795	321.831	307.012
Total da dívida	157.845	141.795	321.831	307.011
Caixa e equivalentes de caixa	(48.682)	(28.561)	(51.534)	(38.251)
<b>Total da dívida líquida</b>	<b>109.162</b>	<b>113.234</b>	<b>270.297</b>	<b>268.760</b>

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	145.749	(8.744)	137.005
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	44.304	-	44.304
Pagamento de principal	(57.500)	-	(57.500)
Pagamento de juros	(8.296)	-	(8.296)
Outros	-	(19.817)	(19.817)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	10.847	-	10.847
Variação cambial	6.691	-	6.691
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	141.795	(28.561)	113.234
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	141.795	(28.561)	113.234
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	<b>23.004</b>		<b>23.004</b>
Pagamento de principal	<b>(43.420)</b>		<b>(43.420)</b>
Pagamento de juros	<b>(8.360)</b>		<b>(8.360)</b>
Outros	-	<b>(20.121)</b>	<b>(20.121)</b>
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	<b>7.052</b>		<b>7.052</b>
Variação cambial	<b>37.774</b>		<b>37.774</b>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	<b>157.845</b>	<b>(48.682)</b>	<b>109.162</b>



## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	351.088	(20.375)	330.713
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	44.304	-	44.304
Pagamento de principal	(97.951)	-	(97.951)
Pagamento de juros	(23.292)	-	(23.292)
Outros	-	(17.876)	(17.876)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	26.171	-	26.171
Variação cambial	6.691	-	6.691
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	<u>307.011</u>	<u>(38.251)</u>	<u>268.760</u>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	307.011	(38.262)	268.760
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	<b>38.440</b>		<b>38.440</b>
Pagamento de principal	<b>(65.934)</b>		<b>(65.934)</b>
Pagamento de juros	<b>(12.897)</b>		<b>(12.897)</b>
Outros		<b>(13.275)</b>	<b>(2.898)</b>
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	<b>14.437</b>		<b>7.052</b>
Variação cambial	<b>37.774</b>		<b>37.774</b>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	<u><b>321.831</b></u>	<u><b>(51.537)</b></u>	<u><b>270.297</b></u>

(a) A controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. está sujeita as garantias (*covenants*) relacionadas abaixo:

- (1) Manter em todo o período de amortização o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - "ICSD" igual ou superior a 1,3 anualmente;
- (2) Manter depósitos bancários vinculados (Nota 7) para fazer face ao serviço da dívida para os próximos 6 meses;
- (3) Cessão de direitos creditórios dos seus recebíveis em garantia para a instituição financeira.

Conforme disposto no contrato de financiamento, o não cumprimento das obrigações acima permite ao credor exigir o pagamento imediato da dívida. No entanto, conforme mencionado na Nota 1 (c), a Companhia possui pleito em andamento junto à instituição financeira credora Caixa Econômica Federal, para negociar determinadas condições, bem como repactuar os *covenants* mencionados acima e acredita que terá êxito na obtenção da carta de consentimento (*waiver*).

Até a emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não foi notificada pela instituição financeira credora sobre o vencimento antecipado da dívida, e caso venha receber tal notificação, a Companhia e seus acionistas terão o prazo de cura contratual de 90 dias contados do recebimento daquela notificação.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Compra de Participação Societária - Serpa	3.154	-	3.154	-
Compra de Participação Societária - MJR	42.095	-	42.095	-
Compra de Participação Societária - Amarante	5.778	-	5.778	-
Outras contas a pagar	1.565	1.110	1.567	1.110
	<b>52.591</b>	<b>1.110</b>	<b>52.594</b>	<b>1.110</b>

### 14. Provisões e contingências

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Comissão à agência (i)	-	-	1.412	1.500
Manutenção corretiva (ii)	-	-	2.484	3.069
Comissões e incentivos à agências	-	-	447	360
Taxa de fiscalização de anúncio - TFA	-	-	287	273
Receita diferida	-	-	92	61
Outras (iii)	-	-	3.288	1.426
	-	-	<b>8.009</b>	<b>6.689</b>

- (i) As agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de comissão de acordo com o volume de vendas atingido. Trimestralmente ou anualmente, conforme regido em cada contrato, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida. O saldo da provisão corresponde à apuração do último trimestre do ano.
- (ii) De acordo com seu plano de manutenção, a Companhia faz a inspeção física do seu acervo de abrigos, painéis e totens, constituindo com base no estado de deterioração desses equipamentos, uma provisão para a troca das peças ou componentes avariados, essencialmente vidros.
- (iii) Na rubrica "outras" estão registradas provisões, em sua maioria de natureza operacional. As principais estão descritas sua natureza e saldo, a seguir: provisão referente a gastos de manutenção R\$(473), provisão para baixa de estoques R\$(185), provisão reestruturação R\$(448), demais provisões R\$(870).

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as ações e o capital social estavam distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação no capital em reais</u>	<u>Participação em %</u>
AMARANTE Participações Ltda.	123.666.667	123.668	33,33%
SERPA Participações Ltda.	123.666.667	123.666	33,33%
MJR Participações Ltda.	123.666.667	123.666	33,33%
	<u>371.000.001</u>	<u>371.000</u>	<u>100,00%</u>

#### b) Reserva legal e Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou prejuízos acumulados no montante de R\$ (74.837), os prejuízos acumulados no período foram totalmente absorvidos pela reserva de lucros. Não houve alteração na conta de reserva legal.

Em setembro de 2020 a Companhia registrou uma ata aprovando a distribuição de R\$ 27.000 milhões de dividendos da conta de reserva de lucros a realizar.

#### c) Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício.

	<u>Controladora</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	<b>(74.837)</b>	105.442
Exclusão de ganho de mais-valia		
Lucro após absorção de prejuízos acumulados	<b>(74.837)</b>	105.442
Constituição da reserva legal (5%)		(5.272)
Base de cálculo dos dividendos	<b>(74.837)</b>	100.170
Dividendo mínimo obrigatório (25%)		25.042
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<b>0%</b>	25%

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### d) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	Controladora	
	2020	2019
<b>Numerador</b>		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(74.837)	105.442
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações no exercício	371.000	371.000
<b>Resultado por ação</b>		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	(0,20)	0,28

### 16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita de prestação de serviços</b>				
Prestação de serviço de veiculação		-	108.195	212.104
Prestação de serviço de intermediação de negócios	-	2.180		2.180
	-	2.180	108.195	214.284
<b>Deduções da receita bruta</b>				
Impostos sobre serviços prestados	-	(311)	(13.766)	(26.444)
	-	1.869	94.429	187.840

### 17. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal de operações	-	-	(7.927)	(6.984)
Manutenção, limpeza e conservação de abrigos	-	-	(44.085)	(47.157)
Depreciação e amortização	-	-	(10.268)	(11.250)
Outorga fixa mensal	-	-	(15.881)	(15.305)
Gastos com direito de uso	-	-	(919)	-
Outros gastos	-	-	(3.019)	(3.616)
	-	-	(82.100)	(83.412)

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(502)	(767)	(10.015)	(14.015)
Despesas com vendas			(396)	
Despesas com marketing			(334)	
Despesas com depreciação	(6.049)	(6.044)	(7.973)	(7.945)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(2.745)	(2.322)	(2.745)	(2.322)
Despesas com aeronave	(2.870)	(7.712)	(2.870)	(7.712)
Outras despesas	(660)	(2.607)	(5.199)	(9.339)
	<b>(12.826)</b>	<b>(19.452)</b>	<b>(29.532)</b>	<b>(41.333)</b>

### 19. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Dividendos e lucros recebidos	-	168	-	168
Outras receitas operacionais	155	3.209	155	3.209
	<b>155</b>	<b>3.377</b>	<b>155</b>	<b>3.377</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Amortização de ativo intangível	(10.064)	(10.064)	(10.064)	(10.064)
Outras despesas operacionais	(6.726)	(2.545)	(7.056)	(2.545)
	<b>(16.790)</b>	<b>(12.609)</b>	<b>(17.120)</b>	<b>(12.609)</b>
	<b>(16.635)</b>	<b>(9.232)</b>	<b>(16.965)</b>	<b>(9.232)</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	1.124	1.180	1.788	2.708
Venda de ações		-		-
Juros sobre mútuos (Nota 6)		840		678
Juros sobre capital próprio de investida	46	247	46	247
Varição monetária ativa	51	13.080	51	13.080
Varição cambial ativa	27.708	16.439	27.718	16.439
Outras	755	386	1.721	686
	<b>29.684</b>	<b>32.172</b>	<b>31.323</b>	<b>33.838</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(13)	(44)	(47)	(156)
Venda de ações		(1.089)	-	(1.089)
Juros sobre empréstimos bancários	(7.616)	(10.847)	(16.231)	(26.593)
Varição monetária passiva	(1.762)	-	(1.762)	-
Varição cambial passiva	(64.754)	(22.201)	(64.754)	(22.201)
Comissões de fiança		-	-	-
Outras	(1.095)	(161)	(4.229)	(1.128)
	<b>(75.241)</b>	<b>(34.342)</b>	<b>(87.024)</b>	<b>(51.167)</b>

### 21. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo de tributo diferido</b>				
Provisão para comissão de vendas	-	-	625	673
Outras provisões	-	-	2.848	2.102
Provisão para devedores duvidosos	-	-	161	192
	-	-	-	-
Prejuízo fiscal	-	-	33.024	25.779
Custo de transação de empréstimos	-	-	(507)	(710)
Outros	-	-	(1.270)	(1.057)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)</b>	-	-	<b>34.881</b>	<b>26.979</b>
<b>Passivo de tributo diferido</b>				
Ganho compra vantajosa		45.892		45.892
		45.892		45.892
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)</b>		<b>45.892</b>		<b>45.892</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Reconciliação de alíquota

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>(74.837)</b>	105.442	<b>(86.435)</b>	128.538
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>25.445</b>	(35.850)	<b>29.388</b>	(43.703)
Equivalência patrimonial	<b>61</b>	45.705	<b>4.407</b>	37.763
Variação cambial	<b>(12.596)</b>	(1.959)	<b>(12.596)</b>	(1.959)
Dividendos recebidos		57		57
Juros sobre capital próprio	<b>16</b>	84	<b>16</b>	56
Outras adições e exclusões	<b>(56)</b>	(56)	<b>(443)</b>	(146)
Crédito tributário não constituído	<b>(12.869)</b>	(7.981)	<b>(12.869)</b>	(7.978)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	<b>7.903</b>	(15.910)
Alíquota efetiva	-	-	<b>27%</b>	12%
Divulgado como:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	(11.695)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	<b>7.903</b>	(4.215)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	-	-	<b>7.903</b>	(15.910)

#### c) Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Controladora apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais a compensar no valor-base de R\$ 23.805 e R\$17.985. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos na controladora com relação a esses valores, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

#### Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### a) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:



## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

##### a) *Risco de liquidez--Continuação*

	<b>Controladora</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor futuro</b>
Empréstimos e financiamentos - circulante	71.356	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	86.488	95.440
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	10.788	-
Outras a pagar	52.591	-
	<u>221.224</u>	<u>95.440</u>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor futuro</b>
Empréstimos e financiamentos - circulante	156.272	175.681
Empréstimos e financiamentos - não circulante	165.559	186.121
Fornecedores e contas a pagar	18.264	-
Empréstimos - partes relacionadas – circulante	73	-
Empréstimos - partes relacionadas – não circulante	21.851	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.788	-
Adiantamento de clientes	3.323	-
Outras a pagar	52.595	-
	<u>428.720</u>	<u>361.802</u>

##### b) *Risco de mercado*

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

Em 2020, não houve exposição relevante ao risco de mercado. As exposições existentes e o mapa de descasamento de indexadores são acompanhados.

##### c) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Instrumentos financeiros--Continuação

### Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

#### d) Risco de taxa de juros

##### Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras e que são demonstradas através da análise de sensibilidade abaixo:

Controladora

Exposição patrimonial		Risco	Taxa de juros efetiva em 2020	Cenários				
Ativos financeiros	Exposição			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - 25%	V - 50%
Banco Safra	72	Variação do CDI	6,17%	4	1	2	(1)	(2)
Banco Luso	-	Variação do CDI	6,17%	-	-	-	-	-
Banco Luso	25.864	Variação do CDI	6,17%	1.596	399	798	(399)	(798)
Banco Luso	72	Variação do CDI	6,17%	4	1	2	(1)	(2)
Banco Luso	7.647	Variação do CDI	6,17%	472	118	236	(118)	(236)
Banco Luso	8.816	Variação do CDI	6,17%	544	136	272	(136)	(272)
Banco Luso	6.040	Variação do CDI	6,17%	373	93	186	(93)	(186)
Banco Itaú	4	Variação do CDI	6,17%	0	0	0	(0)	(0)
Banco Santander	4	Variação do CDI	6,17%	0	0	0	(0)	(0)
Outros Bancos	-	Variação do CDI	6,17%	-	-	-	-	-
	<b>48.517</b>			<b>2.994</b>	<b>749</b>	<b>1.497</b>	<b>(749)</b>	<b>(1.497)</b>

Exposição patrimonial		Risco	Taxa de juros efetiva em 2020	Cenários				
Passivo financeiros	Exposição			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Alfa	0	Variação do CDI	6,21%	-	-	-	-	-
Banco Santander	63.960	Variação do CDI	6,21%	3.972	993	1.986	(993)	(1.986)
Banco Santander	23.459	Variação do CDI	6,21%	1.457	364	728	(364)	(728)
Banco Santander	70.426	Variação do CDI	6,21%	4.373	1.093	2.187	(1.093)	(2.187)
Caixa Econômica Federal		Variação do CDI	6,21%					
	<b>157.845</b>			<b>9.802</b>	<b>2.451</b>	<b>4.901</b>	<b>(2.451)</b>	<b>(4.901)</b>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

##### d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

##### Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado

Exposição patrimonial		Cenários						
Ativos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2020	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Safra	72	Variação do CDI	6,08%	4	1	2	(1)	(2)
Banco Luso Brasileiro	-	Variação do CDI	6,08%	-	-	-	-	-
Banco Luso Brasileiro	25.864	Variação do CDI	6,08%	1.573	393	786	(393)	(786)
Banco Luso Brasileiro	72	Variação do CDI	6,08%	4	1	2	(1)	(2)
Banco Luso Brasileiro	7.647	Variação do CDI	6,08%	465	116	232	(116)	(232)
Banco Luso Brasileiro	8.816	Variação do CDI	6,08%	536	134	268	(134)	(268)
Banco Luso Brasileiro	6.040	Variação do CDI	6,08%	367	92	184	(92)	(184)
Banco Itaú	4	Variação do CDI	6,08%	0	0	0	(0)	(0)
Banco Santander	4	Variação do CDI	6,08%	0	0	0	(0)	(0)
Outros Bancos	170	Variação do CDI	6,08%	10	3	5	(3)	(5)
	<u>48.688</u>			<u>2.960</u>	<u>740</u>	<u>1.480</u>	<u>(740)</u>	<u>(1.480)</u>

Exposição patrimonial		Cenários						
Passivos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2020	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Banco Alfa	0	Variação do CDI	6,21%	-	-	-	-	-
Banco Santander	63.960	Variação do CDI	6,21%	3.972	993	1.986	(993)	(1.986)
Banco Santander	70.426	Variação do CDI	6,21%	4.373	1.093	2.187	(1.093)	(2.187)
Banco Santander	23.459	Variação do CDI	6,21%	1.457	364	728	(364)	(728)
Caixa Econômica Federal	163.986	Variação do CDI	6,21%	10.184	2.546	5.092	(2.546)	(5.092)
	<u>321.831</u>	Variação do CDI	6,21%	<u>19.986</u>	<u>4.996</u>	<u>9.993</u>	<u>(4.996)</u>	<u>(9.993)</u>

#### Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

##### d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

#### Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e valores mobiliários	12.794	12.300	19.557	19.464
Aplicações financeiras	48.517	28.398	48.687	35.265
	<u>61.311</u>	<u>40.698</u>	<u>68.244</u>	<u>54.729</u>
<b>Ativos financeiros pelo custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	165	163	2.850	2.986
Contas a receber de clientes	2.292	2.292	27.141	40.902
Empréstimos - partes relacionadas	9.437	3.909	8.035	2.507
Dividendos a receber	2.620	2.973	2.620	2.973
Outras contas a receber	114.331	182.412	115.674	148.064
	<u>128.845</u>	<u>191.749</u>	<u>156.320</u>	<u>197.432</u>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Empréstimos e financiamentos	157.845	141.795	321.831	307.011
Fornecedores e contas a pagar		-	18.264	25.459
Empréstimos - partes relacionadas	19.993	-	21.851	1.744
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.788		10.788	
Outras contas a pagar	52.591	25.042		25.042
	<u>241.217</u>	<u>167.947</u>	<u>425.324</u>	<u>360.366</u>

## Ruas Invest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Títulos e valores mobiliários

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Controladora	
				Valor justo em 2020	Valor justo em 2019
Bradesco	CCR03	27/10/2009	1.459	2.338	3.328
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985	4.006	2.513
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	5.600	6.082
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1	-	-
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	850	377
Bradesco	PETR4	17/12/2009	1.341	-	-
Bradesco	POMO4	17/12/2009	71	-	-
			12.281	12.794	12.300

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Consolidado	
				Valor justo em 2020	Valor justo em 2019
Bradesco	CCR03	27/10/2009	1.459	2.338	3.328
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985	4.006	2.513
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	5.600	6.082
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1	-	-
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	850	377
Bradesco	PETR4	17/12/2009	1.341	-	-
Bradesco	POMO4	17/12/2009	71	-	-
Outros (a)		30/06/2019		6.763	7.164
			12.281	19.557	19.464

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. manteve aplicação financeira no montante de R\$7.164 para fazer face à obrigatoriedade de constituição do valor alvo da conta reserva (covenant), o qual estabelece que deverá fazer a retenção em bases mensais correspondente a 1/6 do valor da prestação semestral do contrato de financiamento (Nota 12). As aplicações são do tipo CDB com remuneração entre 98% a 98,5% do CDI.

## **Ruas Invest Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Eventos subsequentes**

#### Reestruturação da dívida com a Caixa Econômica Federal – “CEF” (Ótima Concessionária de Mobiliário Urbano S.A.).

Conforme mencionado na Nota Explicativa no.1, a Controlada possui pleito em andamento com a instituição credora “CEF” onde solicita a repactuação dos termos do contrato de financiamento FINISA, com vistas à reestruturação da dívida.

Em 11 de janeiro de 2021, a Controlada recebeu o comunicado de intenção de implemento de medidas de cobrança, informando que o pleito ainda estava sob análise daquela instituição e que a parcela vencida em 17 de dezembro de 2020 era plenamente exigível. Notificou também sobre o bloqueio e impossibilidade de transferência de recursos provenientes da Conta Centralizadora à Conta de Livre Movimentação, bem como futuros saques ou movimentações (Nota Explicativa 7), enquanto não houvesse a recomposição do valor alvo da conta reserva.

Em 1º. de março de 2021 o montante de recursos bloqueados na Conta Centralizadora atingiu o valor da parcela supra citada e a Controlada recebeu o aviso correspondente à liquidação da parcela com esses recursos, sendo: valor principal no montante de R\$ 22.675, juros no montante de R\$ 2.689 e multa no montante de R\$ 3.048.

Os recursos da Controlada permanecem bloqueados até que a conta centralizadora tenha recursos suficientes para fazer face ao próximo serviço da dívida a ser liquidada em 17 de junho de 2021, em cumprimento ao estabelecido no contrato de financiamento. O valor alvo da conta reserva é no montante de R\$ 23.442.

Em 18 de março de 2021 a Controlada recebeu ofício da CEF informando que os pleitos solicitados bem como a reestruturação da operação de crédito Finisa encontram-se em análise pelas instâncias deliberativas e correspondentes alçadas no âmbito da Governança daquela instituição com vistas à deliberação final.

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, a Controlada não recebeu a deliberação final mencionada no parágrafo anterior.

Durante o 1.o. trimestre do ano de 2021, os acionistas aprovaram contratos de mútuo no montante de R\$ 27.347 remunerados a CDI + 0,5% am. (6 % aa.) com objetivo de suprir as necessidades de caixa da Controlada no curto prazo, em razão dos recursos da Companhia permanecerem bloqueados nos termos de cumprimento das garantias estabelecidas no contrato FINISA, conforme divulgado nos parágrafos anteriores.